

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.963.150.456
Preferenciais	0
Total	8.963.150.456
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	24.181.463	21.908.932	19.679.341
1.01	Ativo Circulante	1.606.676	1.462.948	695.870
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	298.794	237.131	293.377
1.01.03	Contas a Receber	300.931	280.934	191.677
1.01.03.01	Clientes	300.931	280.934	191.677
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	300.931	280.934	191.677
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.060	110.465	17.965
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.060	110.465	17.965
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	36.758	46.496	17.965
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	14.302	63.969	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	39.351	37.821	29.871
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	916.540	796.597	162.980
1.01.08.03	Outros	916.540	796.597	162.980
1.01.08.03.01	Dispendios reembolsáveis	830.936	756.227	155.640
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	39.457	22.212	7.340
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	46.147	18.158	0
1.02	Ativo Não Circulante	22.574.787	20.445.984	18.983.471
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.182.114	255.504	972.149
1.02.01.06	Tributos Diferidos	620.581	12.340	8.956
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	620.581	12.340	8.956
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	13.531	37.851	54.453
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	548.002	205.313	908.740
1.02.01.09.03	Depósitos em garantia	499.028	152.946	157.637
1.02.01.09.04	Impostos de renda e contribuição social a recuperar	0	0	23.407
1.02.01.09.05	Tributos compensáveis	1.156	1.131	3.426
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	15.131	21.457	25.956
1.02.01.09.07	Dispêndios reembolsáveis	32.687	29.779	698.314
1.02.03	Imobilizado	21.190.294	19.994.107	17.808.352

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.04	Intangível	202.379	196.373	202.970

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	24.181.463	21.908.932	19.679.341
2.01	Passivo Circulante	2.150.215	1.949.105	900.365
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.600	10.101	7.846
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.600	10.101	7.846
2.01.01.01.01	Obrigações estimadas com pessoal	0	7.826	5.741
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	2.600	2.275	2.105
2.01.02	Fornecedores	976.211	1.186.309	309.510
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.753	30.744	16.917
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.753	30.744	16.917
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições sociais	31.753	30.744	16.917
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	450.779	403.815	234.785
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	440.915	392.446	234.571
2.01.04.02	Debêntures	9.864	11.369	214
2.01.05	Outras Obrigações	269.009	206.823	238.417
2.01.05.02	Outros	269.009	206.823	238.417
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	114.169	95.188	78.704
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	86.697	46.684	117.914
2.01.05.02.06	Credores diversos	8.567	12.665	11.281
2.01.05.02.07	Concessões a pagar	19.301	17.502	16.416
2.01.05.02.08	Encargos regulamentares e setoriais	40.275	34.784	14.102
2.01.06	Provisões	419.863	111.313	92.890
2.01.06.02	Outras Provisões	419.863	111.313	92.890
2.01.06.02.04	Provisões socioambientais	63.890	111.313	92.890
2.01.06.02.05	Provisões para contingências	355.973	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	15.300.605	13.515.912	12.909.943
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.061.238	12.645.579	11.658.419
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.427.165	9.491.671	9.478.211
2.02.01.02	Debêntures	3.634.073	3.153.908	2.180.208

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02	Outras Obrigações	751.457	435.802	373.218
2.02.02.02	Outros	751.457	435.802	373.218
2.02.02.02.03	Cauções em garantia	219.590	184.649	169.331
2.02.02.02.04	Adiantamento em clientes	260.941	0	0
2.02.02.02.05	Consessões a pagar	226.896	209.212	198.704
2.02.02.02.06	Fornecedores	0	0	5.183
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	38.377	41.941	0
2.02.02.02.08	Obrigações vinculadas à concessão	5.653	0	0
2.02.04	Provisões	487.910	434.531	878.306
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.983	9.664	8.697
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	10.983	9.664	8.697
2.02.04.02	Outras Provisões	476.927	424.867	869.609
2.02.04.02.04	Provisões socioambientais	266.602	248.169	365.904
2.02.04.02.05	Outras provisões	210.325	176.698	503.705
2.03	Patrimônio Líquido	6.730.643	6.443.915	5.869.033
2.03.01	Capital Social Realizado	8.958.150	8.636.904	5.927.870
2.03.02	Reservas de Capital	0	68.076	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	68.076	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.227.507	-2.261.065	-58.837

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.604.869	2.343.960	1.300.585
3.01.01	Receita Líquida de venda de energia	2.604.869	2.520.600	1.482.419
3.01.02	Compartilhamento de receita líquida relacionada ao 2º cronograma de antecipação	0	-176.640	-181.834
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.062.792	-3.677.310	-920.852
3.02.01	Custo com venda de energia elétrica	-1.393.144	-3.151.287	-1.350.355
3.02.02	Custo de Operação	-669.648	-634.828	-286.681
3.02.03	Compartilhamento de custos relacionados ao 1º cronograma de antecipação	0	-81.666	108.612
3.02.04	Compartilhamento de custos relacionados ao 2º cronograma de antecipação	0	190.471	607.572
3.03	Resultado Bruto	542.077	-1.333.350	379.733
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-148.941	-137.659	-99.881
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-148.906	-138.023	-100.578
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-35	30	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	334	697
3.04.05.01	Compartilhamento de despesas relacionados ao 2º cronograma de antecipação	0	334	697
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	393.136	-1.471.009	279.852
3.06	Resultado Financeiro	-967.819	-734.602	-291.572
3.06.01	Receitas Financeiras	155.818	63.156	17.047
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.123.637	-797.758	-308.619
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-574.683	-2.205.611	-11.720
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	608.241	3.383	-1.253
3.08.02	Diferido	608.241	3.383	-1.253
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.558	-2.202.228	-12.973
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	33.558	-2.202.228	-12.973
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,77	-320,63	-2,36
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0	-2,36

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	33.558	-2.202.228	-12.973
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.558	-2.202.228	-12.973

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	341.188	-1.928.269	-234.855
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-708.993	-453.768	-51.101
6.01.01.01	Pagamento de juros ao FNO	-622.487	-381.356	-24.124
6.01.01.02	Pagamento de juros de debêntures	-86.506	-72.412	-26.977
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-422.004	-332.068	-167.512
6.01.02.01	Devedores Diversos	-10.919	-10.373	-8.412
6.01.02.02	Consumidores e concessionárias	280.934	191.677	96.774
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	22.790	8.652	15.414
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.738	-5.124	3.375
6.01.02.05	Tributos compensáveis	49.642	-61.674	7.885
6.01.02.06	Depósitos em garantia	-374.071	-13.467	-80.663
6.01.02.07	Dispêndios reembolsáveis	5.522	23.644	30.688
6.01.02.08	Provisões socioambientais	-47.423	-114.609	-115.636
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	300.000	154.789	-122.948
6.01.02.10	Imposto e contribuições sociais	-10.554	1.209	6.011
6.01.02.11	Fornecedores	-636.063	-510.431	0
6.01.02.12	Salários e encargos a pagar	535	170	0
6.01.02.13	Obrigações com pessoal	0	2.085	0
6.01.02.14	Outros passivos	-12.135	1.384	0
6.01.03	Outros	1.472.185	-1.142.433	-16.242
6.01.03.01	Prejuízo do exercício antes do IR e da CS	-574.683	-2.205.611	-11.720
6.01.03.02	Juros e variações monetárias, líquidas	962.876	595.696	295.254
6.01.03.03	Fornecimento e suprimento de energia elétrica	-347.615	-520.478	-191.677
6.01.03.04	Energia elétrica comprada para revenda	874.445	306.821	138.183
6.01.03.05	Encargos regulamentares e setoriais	11.144	20.682	65.556
6.01.03.06	Depreciação e amortizações	460.930	368.191	223.210
6.01.03.07	Resultado líquido do cronograma de antecipação	0	67.501	-535.048
6.01.03.09	Encargo de uso da rede	73.351	60.788	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.03.10	Outros custos operacionais	11.675	163.977	0
6.01.03.11	Provisão contingência	62	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.215.352	-1.392.125	-2.408.593
6.02.01	Adições ao imobilizado	-1.182.907	-1.373.516	-2.381.116
6.02.02	Pagamento de uso do bem público	-18.289	-17.057	-16.118
6.02.03	Adições ao intangível	-14.156	-1.552	-11.359
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	935.827	3.264.148	2.831.582
6.03.01	Aumento do capital do acionista	253.170	2.777.110	815.000
6.03.02	Debêntures	0	704.941	1.228.903
6.03.03	Obtenção de empréstimos	1.060.573	15.000	787.679
6.03.04	Pagamento de financiamentos - Principal	-377.916	-232.903	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	61.663	-56.246	188.134
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	237.131	293.377	105.243
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	298.794	237.131	293.377

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.704.980	0	0	-2.261.065	0	6.443.915
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.704.980	0	0	-2.261.065	0	6.443.915
5.04	Transações de Capital com os Sócios	253.170	0	0	0	0	253.170
5.04.01	Aumentos de Capital	15.000	0	0	0	0	15.000
5.04.08	Capital a Integralizar	306.246	0	0	0	0	306.246
5.04.09	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-68.076	0	0	0	0	-68.076
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.558	0	33.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.558	0	33.558
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.958.150	0	0	-2.227.507	0	6.730.643

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	2.777.110	0	0	0	0	2.777.110
5.06.04	Capital subscrito	3.190.000	0	0	0	0	3.190.000
5.06.05	Capital a integralizar	-480.966	0	0	0	0	-480.966
5.06.06	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	68.076	0	0	0	0	68.076
5.07	Saldos Finais	8.704.980	0	0	-2.261.065	0	6.443.915

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	815.000	0	0	0	0	815.000
5.06.04	Total de contribuição de acionistas	815.000	0	0	0	0	815.000
5.07	Saldos Finais	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	4.640.054	5.436.846	5.273.912
7.01.02	Outras Receitas	2.976.931	2.889.498	1.766.075
7.01.02.01	Receitas operacionais	2.976.967	2.889.468	1.766.075
7.01.02.02	Outras receitas	-36	30	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.663.123	2.547.348	3.507.837
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.796.957	-5.877.666	-3.923.710
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.810.574	-5.560.978	-4.415.079
7.02.04	Outros	-986.383	-316.688	491.369
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.843.097	-440.820	1.350.202
7.04	Retenções	-460.930	-368.191	-223.210
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-368.191	-223.210
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.382.167	-809.011	1.126.992
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	200.611	95.923	49.532
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.582.778	-713.088	1.176.524
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.582.778	-713.088	1.176.524
7.08.01	Pessoal	67.306	67.986	46.751
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.271	56.607	38.845
7.08.01.02	Benefícios	12.975	8.453	6.074
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.060	2.926	1.832
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-257.131	100.998	182.193
7.08.02.01	Federais	-398.717	-22.336	47.434
7.08.02.02	Estaduais	141.133	123.052	134.728
7.08.02.03	Municipais	453	282	31
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.739.045	1.320.156	960.553
7.08.03.01	Juros	1.731.082	1.314.346	956.055
7.08.03.02	Aluguéis	7.963	5.810	4.498
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.558	-2.202.228	-12.973
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.558	-2.202.228	-12.973

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 para nós da SAE e acionistas foi marcado principalmente pelo comprometimento e o esforço de todos os integrantes diante de um complexo cenário econômico e de escassez hidrológica.

Mesmo com esse cenário bastante adverso, encerramos 2015 com uma melhora significativa em nossos resultados financeiros, alcançamos um EBITDA de R\$ 854 milhões, R\$ 1.957 milhões superior ao ano de 2014, e atingimos lucro líquido de R\$ 34 milhões, impactado pelo reconhecimento do imposto de renda diferido no valor de R\$ 608 MM. Outro fator de destaque foi o aumento no volume de venda de energia e consequentemente um aumento da receita líquida de R\$ 2.344 milhões para R\$ 2.605 milhões, ou seja, um incremento de R\$ 261 milhões.

A SAE manteve seu foco na operação, manutenção e construção da usina. Somente no ano de 2015 investimos o montante de R\$ 1,2 bilhão, conforme cronograma de investimentos. Atingimos 99% da conclusão do projeto, com 100% da construção civil concluída, restando apenas a montagem e testes das turbinas. Finalizamos o ano com 35 turbinas em operação comercial, à frente do cronograma estabelecido junto à ANEEL. Segundo dados operacionais do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, fomos a 4ª maior geradora hidráulica no ranking de geração, produzindo 1.268,49 MW médios.

Em busca da excelência na qualidade da operação, manutenção e dando continuidade aos aprimoramentos constantes do negócio, criamos a Diretoria de Operação e Manutenção. Além disso, a SAE tem investido de forma contínua para o aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção da usina. Finalizamos a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SGI) que tem por objetivo o gerenciamento integrado dos riscos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente para todos os processos da Companhia.

A SAE, no ano de 2015, reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região onde atua. Mantivemos nossos investimentos em projetos que tem como foco a geração de renda para a agricultura familiar, através de desenvolvimentos de Agroindústrias; Casa Familiar Rural que proporciona a educação, formação e profissionalização ao jovem rural; investimentos em infraestrutura e biodiversidade que totalizaram no ano de 2015 aproximadamente R\$ 200 milhões de um total de R\$ 1,7 bilhão já investido.

Neste ano desafiador, agradecemos a confiança e o suporte reiterados pelos nossos integrantes, clientes, acionistas, investidores, credores e fornecedores, que nos ajudaram a manter a SAE ainda mais forte para enfrentar os próximos desafios.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A SAE é uma sociedade de propósito específico, constituída em janeiro de 2008, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implantação da UHE Santo Antônio Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A construção da UHE Santo Antônio, com a implantação de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água (barragem a fio d’água) – teve seu início no segundo semestre de 2008.

Em 31 de dezembro de 2015, a UHE Santo Antônio possuía 35 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física e 15 unidades geradoras em montagem/comissionamento, perfazendo 50 unidades geradoras que serão instaladas até novembro de 2016, totalizando, então, 3.568 MW de capacidade instalada.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 13 de junho de 2008.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2015, seguindo a tendência dos últimos anos, continuou sendo marcado pela instabilidade da economia e deterioração dos indicadores econômicos, intensificando a recessão da economia brasileira.

No Brasil, o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que é o principal índice de inflação e que serve de base para a meta estabelecida pelo Ministério da Fazenda, fechou o ano em 10,67%, acima do teto da meta de 6,5% projetado pelo governo. Diante deste cenário, o Comitê da Política Monetária (COPOM) elevou a taxa básica de juros (SELIC), iniciando o ano em 11,75% e atingindo o patamar de 14,25%, que se mantém desde julho de 2015.

Além do COPOM, o Conselho Monetário Nacional (CMN) também elevou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal indicador de empréstimos do BNDES, iniciando o ano em 6% e atingindo o patamar de 7% no último trimestre de 2015.

A adoção de políticas econômicas restritivas para combate à inflação, indica que as taxas de juros podem continuar nesses patamares. Até o terceiro trimestre de 2015, o PIB do país recuou 3,2% impactado pela redução do consumo das famílias, com efeito sobre o setor de serviços e industrial.

SETOR ELÉTRICO E REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2015 foi mais um ano difícil para o setor elétrico, principalmente para as usinas hidrelétricas. O cenário hidrológico desfavorável desde 2012 acarretou na redução do nível de armazenamento dos reservatórios, exigindo maximização do despacho de energia térmica desde outubro/12, com consequente elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

Este cenário impactou financeiramente as usinas hidrelétricas, com o nível de armazenamento abaixo da média dos últimos anos, levando o Operador Nacional do Sistema - ONS a priorizar o despacho de energia através das usinas termoeletricas, com o intuito de tentar recuperar e/ou preservar os níveis dos reservatórios para os períodos mais secos. A restrição de geração imposta pelo período hídrico desfavorável, aliada à decisão do ONS de despachar grandes volumes de energia pelas usinas termoeletricas, expondo as hidroelétricas ao mecanismo denominado MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, gerou grandes impactos financeiros para os agentes geradores.

O MRE é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse mecanismo busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independente de seu regime de produção individual. Quando esse conjunto de usinas não produz energia suficiente para atender a garantia física total do condomínio, gera uma situação de déficit, conhecida no setor como GSF – *Generation Scaling Factor*, que resulta em exposições financeiras negativas. Essa apuração é realizada mensalmente pelo ONS e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

liquidada a PLD mensalmente em (m+2) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Desde 2014, as usinas hidrelétricas vêm sofrendo com esse déficit de geração (GSF), causado principalmente pelo baixo nível de armazenamento dos reservatórios, que levou o ONS a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando uma maneira de melhorar a situação dos reservatórios. Dada essa situação, visando reformular a forma como ocorre o pagamento de valores referentes ao Risco Hidrológico, foi publicada a Medida Provisória no. 688, convertida na Lei no. 13.203 em 8 de Dezembro de 2015. Essa lei visa, através do pagamento de prêmio de risco, reduzir a exposição de risco hidrológico do gerador, através da previsibilidade dos custos com o GSF.

Essa lei separa os termos de repactuação do risco entre os dois ambientes de comercialização: o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o Ambiente de Contratação Regulado (ACR). Para o ACL, o gerador adquire uma fração de Energia de Reserva disponível no sistema, que funciona como *hedge* – tendo assim, o gerador, a possibilidade de liquidar essa energia no Mercado de Curto Prazo, anulando o impacto financeiro do GSF. Há um prêmio de risco pago a depender do montante adquirido de Energia de Reserva, e o gerador não é isento de pagamento de GSF, tendo apenas seu efeito financeiro anulado. Para o ACR, o gerador escolhe um entre 23 produtos disponibilizados, referente ao nível de proteção o qual o gerador tem interesse, entre 89% e 100% de proteção. O valor excedente ao nível de proteção escolhido será repassado à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), e, consequentemente atribuído às distribuidoras. Para tal, será assumido um Prêmio de Risco de acordo com o produto escolhido pelo gerador, prêmio este que alimentará a CCRBT. Esse prêmio varia entre R\$ 0,75/MWh a R\$ 12,75/MWh a depender do produto escolhido, sendo o prêmio de maior valor assegura maior proteção.

A lei tem características retroativas, compensando assim o gerador por parte do volume pago referente ao GSF 2015. Essa compensação se dará através de uma postergação no início do pagamento do prêmio, no caso da adesão ao ACR, ou extensão na concessão, no caso de adesão ao ACL.

A Santo Antônio Energia, após análises da equipe técnica conjuntamente com consultorias especializadas, visando averiguar a viabilidade financeira da proposta, chegou à decisão de adesão apenas no ambiente regulado, optando pelo produto SP93, o qual tem nível de proteção a valores de GSF menores que 93% para montante de energia referente aos contratos regulados. No âmbito da adesão, a Santo Antônio Energia apresentou condicionante de carência e parcelamento da devolução do valor de GSF protegido por liminar.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia, ao final de 2015, tinha 492 integrantes, dos quais 84% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de integrantes contempla 33% com nível superior completo e 3% em formação, além de 37% com formação técnica ou tecnológica e 27% com ensino médio.

A companhia mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos, sendo que o investimento em educação, realizado em 2015, foi de R\$ 1.400 mil.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 se destinaram à construção e implantação da UHE Santo Antônio. A distribuição destes, por período, está demonstrada abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Período	2012	2013	2014	2015
Investimento (R\$ mil)	3.017.339	3.281.000	2.285.755	1.196.187

O montante total a ser investido no projeto é de R\$ 19,9 bilhões, sendo que, até 2015, foram desembolsados R\$ 18,3 bilhões. Portanto, até a sua conclusão, a Companhia prevê ainda investir aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.

Os investimentos serão financiados por capital próprio, geração operacional de caixa e pela liberação da última parcela do financiamento suplementar do BNDES e bancos repassadores no montante de R\$ 70 milhões, contratados na modalidade *project finance*.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A UHE Santo Antônio foi estruturada para produzir energia elétrica e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. Por isso, tão importante quanto as suas características técnicas, é o relacionamento que mantém com a comunidade local e que se materializou sob a forma de programas específicos para compensação e mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais.

A política ambiental da Companhia está inserida no Sistema Integrado de Gestão (SGI), onde a Companhia identifica e gerencia os riscos do negócio e seus impactos ao meio ambiente, sociedade, à saúde e segurança dos profissionais e à qualidade de seus produtos e serviços.

No total, serão investidos aproximadamente R\$ 2 bilhões em sustentabilidade, alocados em Compensação Social, Compensação Ambiental, e nos 28 programas que constam do Projeto Básico Ambiental (PBA), incluindo o Programa de Remanejamento da População Atingida.

Responsabilidade Ambiental – a legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras e que, se violados, podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais. A Santo Antônio Energia cumpre suas obrigações legais, conforme pode ser observado no processo de licenciamento ambiental, tramitado junto ao IBAMA e no qual se encontra em fase de renovação da LO 1044/2011.

Além das ações que são de obrigação legal, a Santo Antônio possui adesão a Padrões Internacionais de Sustentabilidade. Abaixo algumas iniciativas ambientais adotadas pela Companhia:

a. Princípios do Equador: são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo internacional de bancos, juntamente com o *International Finance Corporation* ("IFC"), subsidiária do Banco Mundial, por meio dos quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito aos empreendimentos eventualmente lesivos ao ambiente. Há forte tendência para que as instituições financeiras, cada vez mais, analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco do crédito. Vale ressaltar que até o presente momento a SAE vem recebendo boa avaliação da Auditoria Socioambiental Independente, que realiza inspeções *in loco* semestralmente.

b. Emissão de Créditos de Carbono (ONU): A UHE Santo Antônio com a operação na cota 70,5m tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4W/m²), graças ao uso da turbina bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio e dispensando a formação de um grande reservatório. A Companhia obteve a autorização para o registro na Organização das Nações Unidas ("ONU") para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ("MDL").

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global, sendo que, até 31/12/2015 foram emitidos 1.057.929 CERs.

Dentre as atividades de destaque no ano de 2015, ressalta-se:

- a) Consolidação da Feira Sabor do Campo: que mantém a tradição de oferecer frutas, folhosos, legumes, farinha, pimenta, biscoito caseiro, bolos e produtos artesanais. Os feirantes são os moradores dos reassentamentos rurais Novo Engenho Velho, Riacho Azul, São Domingos, Santa Rita e Morrinhos, construídos pela Santo Antônio Energia.
- b) Agroindústria de Processamento de Frutas de Cujubim Grande: formada por 100 cooperados, será inaugurada em março de 2016, e está sendo construída e equipada pela Santo Antônio Energia a um custo estimado de 2 milhões de reais e processará as frutas produzidas na região: açaí, abacaxi, cupuaçu, caju, cajá e goiaba.
- c) A Santo Antônio Energia foi homenageada pelos organizadores da sétima edição dos Prêmios Samuel Benchimol e Banco da Amazônia, em reconhecimento à empresa pela participação e patrocínio à iniciativa que contribui para o desenvolvimento da região.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos termos do Estatuto Social da SAE, o Conselho de Administração é composto atualmente por 11 membros efetivos além de seus respectivos suplentes, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição dos membros do Conselho de Administração. No mínimo 20% deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 45 dias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da totalidade dos Conselheiros em exercício. Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e, quando instalado, terá entre 3 e 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição.

COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO

Número de Turbinas e Volume Vendido

A SAE terminou o ano de 2015 com 2.495 MW de capacidade instalada, contando com 35 turbinas em operação, frente a 32 turbinas em operação em 2014. O volume vendido em 2015 foi de 19.800,88 GWh.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional da UHE Santo Antônio é composta pela comercialização de energia elétrica nos ambientes regulado e livre. No ano de 2015, a receita operacional líquida da Companhia alcançou R\$ 2.605 milhões e no ano de 2014 R\$ 2.344 milhões, o que demonstra um incremento de 11%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia já comercializou 100% do volume de energia assegurada, por meio da celebração de contratos no ACR e ACL. Do volume de garantia física do projeto original (2.218 MW médios), 30% foram vendidos com prazos superiores a 12 anos e os 70% restantes, até o final do prazo da concessão da UHE Santo Antônio. O Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA), que se refere à expansão da usina, incrementou 206,2 MW médios de garantia física. Deste volume, 65% foram vendidos no ACR, em contratos com prazo de 35 anos, e 35% foram disponibilizados para o ACL.

Custo com Venda de Energia Elétrica

O custo com venda de energia elétrica, em 2015, foi de R\$ 1.393 milhões, e no ano de 2014 R\$ 3.151, representando uma redução significativa de 56%, decorrente principalmente, da redução de recompra de energia devido a entrada em operação da 32ª turbina e da redução dos custos referentes ao FID e GSF.

Custo de Operação

O custo de operação em 2015 apresentou um pequeno incremento de 5% quando comparado ao mesmo período de 2014, sendo R\$ 669 milhões e R\$ 635 milhões respectivamente.

A composição do custo de operação tem como principais itens: (i) depreciação e amortização, R\$ 459 milhões; (ii) serviços de terceiros de operação e manutenção, R\$ 30 milhões; (iii) R\$ 47 milhões com custos com pessoal de operação e manutenção; e (iv) R\$ 133 milhões gastos com materiais e outros.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (G&A) apresentaram incremento de 8% entre 2014 e 2015, passando de R\$ 138 milhões para R\$ 149 milhões. Este aumento se deu em razão do maior número de turbinas que resultou num incremento das atividades de apoio operacionais da Companhia.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia aumentou 146% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de R\$ 63 milhões para R\$ 156 milhões. Tal diferença se deve principalmente pelo aumento do caixa médio da Companhia no ano de 2015, além do aumento da remuneração das aplicações financeiras, decorrente de uma taxa Selic média mais alta em 2015.

Despesa Financeira

A despesa financeira da Companhia apresentou um incremento de 41% quando comparado ao ano de 2014, passando de R\$ 798 milhões para R\$ 1.123 milhões. Esse incremento é devido ao aumento do número de turbinas de 32 em 2014 para 35 em 2015, cujas despesas financeiras são alocadas no resultado, proporcionalmente ao número de turbinas. Além desse fator, tivemos também no ano de 2015 um custo maior com a alta da TJLP e do IPCA.

EBITDA

No ano de 2015 ocorreu um variação significativa do EBITDA de R\$ 1.957 milhões, passando de R\$ 1.103 milhões negativos em 2014 (Margem EBITDA de -47,05%), para R\$ 854 milhões positivos em 2015 (Margem EBITDA de 32,79%). A elevação dos indicadores decorreu, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) Aumento de R\$ 261 milhões na Receita Líquida de Venda de Energia, (ii) Redução de R\$ 1.603 milhões nos custos/despesas operacionais, impactados principalmente pela redução do FID e GSF

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoLucro Líquido

A Companhia, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no ano de 2015, conseguiu reverter seu resultado, saindo de um prejuízo em 2014 de R\$ 2.202 milhões, para um lucro líquido de R\$ 34 milhões. Essa variação decorreu, principalmente do aumento de R\$ 1.956 milhões do EBITDA e pelo reconhecimento do Imposto de Renda diferido no valor de R\$ 608MM.

R\$ Mil	2015	2014
Lucro/(Prejuízo) do exercício	33.558	(2.202.228)
(+) Despesas financeiras líquidas	967.819	734.602
(+) Imposto de renda e contribuição social	(608.241)	(3.383)
(+) Depreciação e amortização	460.930	368.191
EBITDA	854.066	(1.102.818)
Receita líquida	2.604.869	2.343.960
Margem EBITDA	32,79%	(47,05%)

Endividamento

Em dezembro de 2015, a Companhia possuía saldo de dívidas conforme demonstrado abaixo:

CREDOR	(R\$ mil)
BNDES	5.046.961
Bancos repassadores de recursos do BNDES	5.212.990
FNO	633.594
Custo de Transação a amortizar – BNDES	(25.465)
Debenturistas da 1ª emissão	2.324.706
Debenturistas da 2ª emissão	524.098
Debenturistas da 3ª emissão	815.493
Custo de Transação a amortizar – Debêntures	(20.360)
TOTAL	14.512.017

A dívida líquida (dívida bruta descontada das disponibilidades da Companhia), em 31 de dezembro de 2015, correspondia a R\$ 14.213 milhões (R\$ 12.812 milhões em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia monitora o indicador Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, o qual é utilizado como métrica de alavancagem financeira. Nos termos da escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia, este indicador deve ser mantido em um valor inferior a 3,5. A Companhia tem respeitado esta restrição, como demonstrado abaixo:

Dívida Líquida / PL

2015	2014	2013	2012
2,11	1,99	1,98	1,76

O índice de alavancagem financeira da Companhia (razão entre Ativo Total e Patrimônio Líquido) teve um aumento de 3,40, em 31 de dezembro de 2014, para 3,59, em 31 de dezembro de 2015, principalmente em virtude do reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Capital Circulante Líquido (CCL), que corresponde ao Ativo Circulante subtraído do Passivo Circulante, evoluiu como segue:

CCL (R\$ mil)

2015	2014	2013	2012
(543.539)	(486.157)	(204.495)	(387.291)

Em evento subsequente, a Companhia realizou em março de 2016 um aumento de capital de R\$ 390 milhões, minimizando o CCL apresentado na posição de 31 de dezembro de 2015.

Fornecedores

A conta de Fornecedores apresentou saldo em 2015 de R\$ 976 milhões, uma redução de 18% em relação a 2014, cujo saldo era de R\$ 1.186 milhões. Esta redução de R\$ 210 milhões é referente a liquidação de diversos compromissos e reflete a redução dos investimentos em fase final do empreendimento.

Adiantamento de Clientes

A conta de Adiantamento de clientes no final de 2015 totalizava R\$ 348 milhões, frente a um saldo de R\$ 47 milhões em 2014; Esse aumento é decorrente de um recebimento no montante de R\$ 292 milhões em adiantamentos de clientes, provenientes de contratos de venda de energia firmados com Furnas Centrais Elétricas S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Odebrecht Comercializadora de Energia S.A..

Concessões a Pagar

A rubrica de Concessões a pagar trata da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão, para a utilização do bem público ("UBP") para a geração de energia elétrica na UHE Santo Antônio, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379 milhões, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, sendo o montante total da obrigação registrado pelo valor presente total do UBP até o final do Contrato de Concessão. Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IPCA, estão sendo pagos em 375 parcelas mensais a partir de abril de 2012.

A variação de 8% entre 2014 e 2015, passando de R\$ 227 milhões, para R\$ 246 milhões, se justifica tanto pela atualização monetária, quanto pela amortização do saldo.

		<i>R\$ mil</i>
UBP	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	19.301	17.502
Não Circulante	226.896	209.212
TOTAL	246.197	226.714

Empréstimos e Financiamentos

É a conta mais significativa do Passivo, representando 55% em 2015, com saldo de R\$ 10.868 milhões. A variação de 10% em relação a 2014, cujo saldo era de R\$ 9.884 milhões deve-se principalmente aos desembolsos ocorridos no decorrer de 2015 no montante de R\$ 1.062 milhões dos contratos de financiamento do BNDES Direto e Repasse, além do reajuste da TJLP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Credores	Encargos Financeiros	31/12/2015	31/12/2014
Repasse recursos BNDES	TJLP	5.212.900	4.717.113
BNDES	TJLP	5.046.961	4.556.390
Custo de Transação a amortizar (CPC 08)		(25.465)	(21.285)
FNO	Juros de 10% a.a.	633.594	631.899
Total		10.868.080	9.884.117

Debêntures

O saldo desta conta, de R\$ 3.644 milhões contempla as três emissões de Debêntures da Companhia, incluindo os juros incorridos, e representa 15% do Passivo total em 2015. A variação de 15% em relação a 2014, cujo saldo era de R\$ 3.165 milhões, é justificada principalmente dos juros incorridos do período.

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido de R\$ 6.731 milhões apresentou aumento de 4% entre 2014 e 2015, ou R\$ 267 milhões, sendo que as movimentações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício estão relacionadas, principalmente, ao aumento de capital para atender à necessidade de recursos pela Companhia para prosseguir com o investimento na construção da UHE Santo Antônio, e a redução do prejuízo acumulado.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia não pode, sem expressa autorização do BNDES, do banco líder dos repasses de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e sem aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante acima do previsto na Lei das Sociedades por Ações, 25% do lucro líquido, após deduzida a reserva legal de 5%.

A Companhia foi constituída em 2008 e possuía prejuízos acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Por esta razão, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

ADERÊNCIA À CAMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da SAE, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A SAE adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, tais como consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

destes e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Durante o exercício de 2015 foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não são significativos representando menos de 15% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de março de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAE agradece o empenho de todos seus integrantes e acionistas e o apoio de seus clientes, fornecedores, credores, bem como às entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2015.
São Paulo, 22 de março de 2016.

A Administração

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, “Categoria B”, nos termos da Instrução CVM 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

Capacidade de geração

A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que prevê capacidade mínima instalada de 3.568 MW, com a implantação de 50 turbinas do tipo “Bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, teve seu início no segundo semestre de 2008. A garantia física de energia da UHE Santo Antônio, após completa motorização, é de 2.424,2 MW médios.

Em 31 de dezembro de 2015, a UHE Santo Antônio possui 35 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, a UHE Santo Antônio operou em 2015 com três unidades geradoras adicionais.

Comercialização de energia elétrica

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% (1.552,6 MW médios) da energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (2.218 MW médios) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 - ANEEL.

O saldo de 30% da energia assegurada do projeto original (665,4 MW médios), bem como o volume de energia resultante do projeto de ampliação da UHE Santo Antônio (206,2 MW médios), foi comercializado livremente pela Companhia.

Créditos de carbono

A Companhia obteve, em 2013, a autorização para o registro na Organização das Nações Unidas (“ONU”) para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”). Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global. De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitida na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A UHE Santo Antônio com a operação na cota 70,5m tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88 W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4 W/m²), graças ao uso de turbinas do tipo bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio, dispensando a formação de um grande reservatório.

Repactuação do Risco Hidrológico – Acordo *Generation Scaling Factor*

Em 18 de agosto de 2015, o Governo Federal editou a Medida Provisória (“MP”) nº. 688, posteriormente convertida na Lei no 13.203, de 8 de dezembro de 2015. Esta Lei prevê que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida desses agentes. Para fins dessa anuência e em função do disposto na Lei, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação, sendo estes: i) o protocolo de pedido na ANEEL até 15 de janeiro de 2016, e ii) a desistência das ações judiciais em curso.

Os termos da repactuação do risco hidrológico determinam que a Companhia deverá recolher mensalmente à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) o resultado da multiplicação do montante mensal de energia contratada da usina pelo valor unitário do prêmio de risco selecionado, retroativamente à data base de 1 de janeiro de 2015. O ressarcimento do risco hidrológico verificado no ano de 2015, em específico, será compensado por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco.

Neste contexto, a administração da Companhia tomou ações em favor da repactuação do risco hidrológico ao longo do último trimestre de 2015, em seus órgãos de governança, tendo formalizado tal decisão de adesão em 13 de janeiro de 2016, sendo o protocolo do pedido realizado em 15 de janeiro do mesmo ano. A Companhia optou pela classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$3,25 por MW/h. Os efeitos desta adesão estão demonstrados na tabela a seguir:

Referência	Valor
(i) Total do <i>GSF</i> (parcela protegida por Liminar)	432.818
(ii) Parcela do <i>GSF</i> (incorrida pós repactuação)	193.208
(iii) Parcela do <i>GSF</i> (prêmio de risco da repactuação)	239.610

- (i) Representa o valor total do *GSF* incorrido em 2015, antes da decisão de repactuação, que vinha sendo provisionado no resultado e passivo da Companhia.
- (ii) Corresponde ao valor do *GSF* recalculado ao longo do exercício e efetivamente devido nos termos repactuados que impactou, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, o resultado do exercício e compõe o saldo de contas a pagar (“Fornecedores” – Nota 12);
- (iii) Representa a diferença entre os gastos de *GSF* apurados antes e depois da decisão de repactuação. Trata-se da parcela recuperada do resultado do exercício de 2015, que fará parte do ativo, como prêmio de seguro, quando do efetivo pagamento.

A parcela do prêmio correspondente ao exercício de 2015 foi reconhecida, proporcionalmente ao MW/h protegido, nas demonstrações financeiras da Companhia nesse ano pelo seu valor nominal, isto é, sem ajuste a valor presente, uma vez que não são instrumentos financeiros. As parcelas não pagas, referentes a um futuro direito, somente serão contabilizadas como um ativo quando efetuado o pagamento por se constituir uma obrigação de performance e sua respectiva amortização ocorrerá por um período de 9 anos e 10 meses até que esse ativo constituído tenha sido exaurido.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa de *Compliance* da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, a Companhia possui um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar as demonstrações financeiras livres de distorções relevantes. Especificamente no que se refere aos controles e mecanismos para garantir que o valor do seu ativo imobilizado esteja livre de irregularidades e que o seu montante consignado nas demonstrações financeiras reflita adequadamente o valor correto, a Companhia possui implementados: (i) processo de verificação mensal, com emissão de relatório de acompanhamento de engenharia preparado por empresa externa e independente, contratada no âmbito dos contratos de financiamento da Companhia, que acompanha o cronograma físico e financeiro do empreendimento; (ii) procedimento de inventário, validação e unitização dos componentes do ativo imobilizado realizado nos termos das regras estabelecidas pela ANEEL a partir do MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico); e (iii) comprovações realizadas pelos agentes financiadores a partir da análise das notas fiscais e demais documentos, com o objetivo de confirmar a aplicação dos recursos no projeto de Construção da UHE Santo Antônio. Até a presente data não possuímos conhecimento ou registro de qualquer tipo de denúncias e/ou acusações contra a Companhia e/ou seus representantes.

Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As políticas contábeis específicas de rubricas apresentadas no balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas em suas respectivas notas explicativas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”. Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico.

Nas presentes demonstrações financeiras, a Administração está evidenciando apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.2 Ativos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente pelos seus valores justos e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3 Perda (*Impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não foram

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

identificadas pela Administração indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos não financeiros.

2.4 Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos financeiros. No entanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração reconheceu *impairment* em "Dispêndios reembolsáveis" (Nota 8).

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 9), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (Nota 10), Provisões socioambientais (Nota 18) e Provisões para contingências (Nota 19).

2.6 Capital circulante líquido - CCL negativo

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 543.539, decorrente, principalmente, da conta "Fornecedores" (Nota 12), "Empréstimos e financiamentos" (Nota 13.1) e Provisão para contingências (Nota 19). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante de R\$ 129.000, com geração operacional de caixa e, se necessário, aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas da Controladora.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A Administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

(b) Gestão de riscos

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definidos no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação, em 31 de dezembro de 2015. O contrato para construção da UHE Santo Antônio está indexado aos Índices Gerais de Preços (IGP-M). Uma variação nesse índice ocasionará aumento no fluxo de caixa de investimentos.

A SAE está exposta ainda à variação na taxa de juros dos financiamentos contratados. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$ 10.868.080 em empréstimos e financiamentos contratados dos quais R\$ 10.259.951 (Nota 13.1), relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES, estão atrelados à TJLP e possui R\$ 3.643.937 em debêntures (Nota 13.2) atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União o montante total fixado em R\$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de preço de *commodities*

Risco de preço de *commodities* é aquele relacionado à variação nos preços de matérias-primas (*commodities*). Durante o período de construção da UHE Santo Antônio, a Companhia está exposta à

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

variação nos preços das principais matérias-primas utilizadas em seus equipamentos, como: Ferro Chapa-Grossa, Cobre Eletrolítico, IPI-Metalúrgica (Col.32). A Companhia tem como política monitorar mensalmente o risco de preços de *commodities*.

(iii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, os relacionamentos da Companhia com instituições financeiras são apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “*ratings*” fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard & Poor's* e *Moody's Investor* e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante fianças bancárias.

(iv) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante de R\$ 129.000, com geração operacional de caixa e, se necessário, aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas da Controladora.

(v) Risco hidrológico

Em razão da sazonalidade hidrológica, a energia produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade ao longo do tempo, impactando na produção de energia. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio com base no PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), gerando um dispêndio com o *GSF* (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia resolveu manifestar seu interesse em aderir à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado. O montante de repactuação é de 1.498,478 MW médios da UHE Santo Antônio (Nota 1).

(vi) Análise de sensibilidade

Com relação ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2016, a taxa IPCA será de 7,02%. E para o risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2016, as taxas TJLP e CDI serão de 7,87% e 13,89%, respectivamente.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2015	Índices estimados	Cenário provável	Em 31 de dezembro de 2016	
				Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (Nota 4)	298.794	13,89%	340.292	350.666	361.041
Depósitos em garantia (Nota 7)	545.175	13,89%	620.891	639.820	658.749
Passivos					
Debêntures - IPCA - (Nota 13.2)	(3.643.937)	7,02%	(3.899.705)	(3.963.647)	(4.027.590)
Empréstimos ⁽¹⁾ - TJLP - (Nota 13.1)	(10.259.951)	7,87%	(11.067.900)	(11.269.887)	(11.471.874)
Concessões a pagar - IPCA - (Nota 17)	(246.197)	7,02%	(263.478)	(267.798)	(272.118)
Provisões socioambientais - IPCA (Nota 18)	(330.492)	7,02%	(353.689)	(359.489)	(365.288)
Passivo líquido exposto	(13.636.608)		(14.623.589)	(14.870.335)	(15.117.080)
Efeito líquido das variações			(986.981)	(1.233.727)	(1.480.472)

- (1) Análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Esse financiamento não está atrelado à TJLP (Nota 13.1(b)), possui taxa de juros fixa.

(c) Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira foram:

Descritivo	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Debêntures (Nota 13.2)	3.643.937	3.165.277
Empréstimos (Nota 13.1)	10.868.080	9.884.117
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(298.794)	(237.131)
Dívida líquida (A)	14.213.223	12.812.263
Total do patrimônio líquido	6.730.643	6.443.915
Total do capital (B)	20.943.866	19.256.178
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	67,86%	66,54%

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fundos de caixa	24	20
Bancos conta movimento	15	772
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB)	75.725	1.020
Compromissada	223.030	235.319
	298.794	237.131

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 100,37% da variação do CDI, possuem vencimento em até 90 dias da data da sua contratação, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Banco do Brasil	Compromissada	CDI	74.439	106.092
BASA	CDB	CDI	2.065	1.020
BTG	Compromissada	CDI		75.744
Caixa	CDB	CDI	73.660	
Itaú	Compromissada	CDI	7	1.104
SAFRA	Compromissada	CDI	74.016	5.015
Votorantim	Compromissada	CDI	74.568	47.364
			298.755	236.339

5 Contas a receber

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Consumidores - Fornecimento industrial	109.078	69.340
Concessionárias - Suprimento convencional	191.853	211.594
	300.931	280.934

Contas a receber “Consumidores – Fornecimento industrial” referem-se a créditos existentes com consumidores de energia e contas a receber “Concessionárias – Suprimento convencional”, com revendedores de energia.

O prazo de faturamento da Companhia é, em grande parte, de 15 dias, razão pela qual os valores dos títulos a receber correspondem ao seu valor justo na data da venda.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia não identificou evidencia de não realização do seu “Contas a receber”, desta forma, não registrou provisão para devedores diversos (PDD).

A Companhia não possui contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2015.

6 Tributos compensáveis

O saldo da conta “Tributos compensáveis” no montante de R\$ 15.458 (2014 - R\$ 65.100) registrado no ativo circulante e não circulante, em 2015, refere-se, substancialmente, a retenções na fonte de PIS e COFINS sobre vendas e, em 2014, a créditos de PIS e COFINS apurados principalmente sobre compras de energia elétrica para revenda.

7 Depósitos em garantia

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão	11.935	9.913
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	34.212	8.245
	<u>46.147</u>	<u>18.158</u>
Não circulante		
Reserva do serviço da dívida - BNDES	489.012	143.490
Reserva de O&M - BNDES	10.016	9.456
	<u>499.028</u>	<u>152.946</u>
	<u>545.175</u>	<u>171.104</u>

O saldo de depósitos em garantia no ativo circulante está composto, respectivamente, por montante para fazer face aos juros da 3ª emissão de debêntures da Companhia que são pagos semestralmente e a aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O ativo não circulante, para o período de 2015, é composto por montante equivalente a seis vezes o valor da última parcela de financiamento (BNDES direto e indireto e FNO – Nota 13.1) paga e, para o período de 2014, a três vezes o valor da última parcela de financiamento paga, em atendimento às cláusulas contratuais de financiamento com o BNDES, bem como, por saldo de R\$ 9.084 (base fev/2014), correspondentes a R\$ 10.016 em dezembro de 2015, que devem ser mantidos aplicados na conta reserva de O&M durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Dispendios reembolsáveis

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante		
Allianz Seguros	46	
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	57.000	51.567
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	1.452.441	1.383.211
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (ii)	(678.551)	(678.551)
	830.936	756.227
Não circulante		
Energia Sustentável do Brasil S.A. (iii)	32.687	29.779
	863.623	786.006

Trata-se de desembolsos que não representam gastos da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo seu beneficiário. Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da SAE, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria a parcela reembolsável em contrapartida a “Dispendios reembolsáveis”. Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato. Os saldos registrados no ativo circulante, relacionados com o Consórcio Construtor, devem ser realizados no decorrer do ano de 2016, concomitantemente ao término da construção da UHE Santo Antônio.

- (i) De acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), a Santo Antônio Energia S.A. deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$ 78,87/MWh), tendo em vista atrasos na disponibilidade para entrada em operação comercial de unidades geradoras em relação ao cronograma do 1º termo aditivo ao Contrato de concessão;
- (ii) O CCSA apresentou para a Companhia um cronograma de entrada em operação comercial, antecipando pela segunda vez o início de entrada em operação das unidades geradoras, de 01 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente atendido, fazendo com que as consequências desse atraso gerassem para a Companhia um direito de ressarcimento junto ao CCSA, no valor de R\$ 1.452.441. Durante o exercício de 2014, a Administração da Companhia efetuou análises adicionais, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispendio reembolsável, que era de R\$ 1.452.441, foi reconhecido um *impairment* de R\$ 678.551, para refletir o valor esperado de recebimento de R\$ 773.890.

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que originou o referido *impairment*, a Companhia requereu, perante a *International Chamber of Commerce* (“ICC”), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da ICC. Em 31 de dezembro de 2015, o processo aguarda constituição do tribunal arbitral.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Refere-se ao compromisso firmado entre a Companhia e a Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR") no qual esta compensará financeiramente a Companhia em razão da alteração da localização da Subestação Coletora de Porto Velho ("SE Coletora"), de forma a atender à solicitação da Porto Velho Transmissora de Energia S.A. Essa alteração gerou uma redução dos custos da ESBR em função da diminuição, em relação ao previsto no Edital do leilão 006/08-ANEEL, na extensão da linha de transmissão que estabelece a conexão da UHE Jirau à SE Coletora e uma elevação de custos apurado pela Companhia em função da necessidade de aumento, em relação ao disposto no Edital do Leilão 005/07-ANEEL, da extensão da linha de transmissão que estabelece conexão da UHE Santo Antônio à SE Coletora. No compromisso está prevista correção monetária do saldo por IGP-M. A Companhia solicitou arbitragem para recebimento de seu crédito face à ESBR.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição

O Imposto de Renda e a Contribuição Social registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é feito utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos principalmente sobre: a) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; e b) provisão do FID – Fator de Disponibilidade (Nota 19) que corresponde a uma diferença temporária entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual ele foi registrado em 31 de dezembro de 2015. Esta diferença será dedutível em períodos futuros, quando a provisão for liquidada.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor total de imposto diferido ativo reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo no início do exercício	12.340	8.956
Movimentação		
Provisões temporárias		
Custos de transação de emissão de debêntures	(18.702)	
Custos de transação de empréstimos e financiamentos	(5.477)	
Provisão para fator de disponibilidade - FID	355.973	
Prejuízo fiscal/ Base negativa	1.457.095	
Amortização de diferença temporária		(9.120)
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	3.561	1.084
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	1.209	1.123
Amortização do uso do bem público	(1.499)	19.473
Amortização de terrenos	(74)	
Amortização de servidões	(2)	
Amortização de despesas pré-operacionais - Efetuada conforme a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(3.140)	(2.608)
	1.788.944	9.951
IRPJ - 15%	268.342	1.493
Adicional IRPJ - 10%	178.894	995
IRPJ - 25%	447.236	2.488
CSLL - 9%	161.005	896
Encargo fiscal	608.241	3.384
Saldo no final do exercício	620.581	12.340

Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

b) Realização do IRPJ e CSLL

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é enviado para aprovação do Conselho de Administração da Controladora. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em inputs definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices pré-estabelecidos (destacando-se a TJLP e o IPCA). Essas variáveis são obtidas de consultores externos especializados, da performance histórica da Companhia e sua capacidade de criar lucro tributável.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ativo	Saldo						Realização
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CS)(i)	495.413						495.413
Provisões temporárias - FID(ii)	121.031	121.031					
Amortização de Despesas pré-operacionais(iii)	4.716	137	137	137	137	137	4.031
Amortização de Terrenos e Servidões(iv)	730	26	26	26	26	26	600
Direito de outorga - UBP(iv)	14.272	510	510	510	510	510	11.722
	636.162	121.704	673	673	673	673	511.766
Passivo							
Custos de transação - emissão de debêntures	6.923	889	889	889	889	889	2.478
Custos de transação - empréstimos e financiamentos	8.658	411	411	411	411	411	6.603
	15.581	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	9.081
Líquido	620.581	120.404	(627)	(627)	(627)	(627)	502.685

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos sobre:

- (i) Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social - a Companhia reconheceu, em 2015, crédito tributário de R\$ 495.413, decorrente de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 2014;
- (ii) Diferença temporária FID - A diferença temporária está relacionada à provisão do FID - Fator de Disponibilidade - (Nota 19), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual esse evento foi registrado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, que resultará numa quantia dedutível em períodos futuros, quando a quantia contabilizada, a título de provisão, for liquidada;
- (iii) Despesas contábeis temporariamente não tributáveis;
- (iv) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Considerando as limitações no uso do prejuízo fiscal e os impactos conhecidos sobre a posição de tributos diferidos, a Companhia estima que será necessário gerar um lucro tributável de cerca de R\$ 4.856.987 nos exercícios seguintes para realizar seus ativos fiscais diferidos apresentados em 31 de dezembro de 2015.

Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu plano de negócios. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, será feita baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas auferidas com esses recursos. A apropriação mensal desses encargos está sendo realizada de maneira proporcional à quantidade de unidades geradoras em construção.

Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) gastos realizados em benefício da obra como um todo.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

		31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3,20%	67.171	(3.745)	63.426	65.013
Reservatórios, barragens e adutoras	3,34%	7.605.931	(400.652)	7.205.279	6.642.508
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,43%	3.788.173	(195.812)	3.592.361	2.259.833
Máquinas e equipamentos	4,12%	6.137.830	(460.659)	5.677.171	5.024.487
Móveis e utensílios	6,25%	44		44	
Total do imobilizado em serviço		17.599.149	(1.060.868)	16.538.281	13.991.841
Imobilizado em curso					
Terrenos		483		483	483
Reservatórios, barragens e adutoras		302.903		302.903	2.018.200
Edificações, obras civis e benfeitorias		400.000		400.000	475.234
Máquinas e equipamentos		1.385.676		1.385.676	976.118
Veículos		3.844		3.844	2.893
Móveis e utensílios		6.448		6.448	4.724
A ratear		1.757.520		1.757.520	1.365.217
Material em depósito		51.686		51.686	45.373
Adiantamento a fornecedores		726.869		726.869	1.100.364
Outros		16.584		16.584	13.660
Total do imobilizado em curso		4.652.013		4.652.013	6.002.266
Total do imobilizado		22.251.162	(1.060.868)	21.190.294	19.994.107

Adiantamentos a fornecedores referem-se substancialmente a 5% do valor total do Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, descontado de 5% do total de serviços prestados e equipamentos entregues, mais valores previstos nos contratos firmados de compras de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio. Todos os adiantamentos realizados são para aquisição de bens do ativo imobilizado.

Em 2015, a Companhia capitalizou ao ativo imobilizado o montante de R\$ 579.558 (2014 - R\$ 498.543) correspondente a encargos de financiamentos adquiridos com o propósito específico de financiar a construção da UHE Santo Antônio.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui compromissos firmados no montante de R\$ 173.102 referentes ao contrato EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) para o término da construção do empreendimento hidrelétrico.

As movimentações do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro foram as seguintes:

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2015

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015				
	Valor líquido	Adições	Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Terrenos	65.013				(1.587)	63.426
Reservatórios, barragens e adutoras	6.642.508			733.905	(171.134)	7.205.279
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.259.833			1.421.869	(89.341)	3.592.361
Máquinas e equipamentos	5.024.487			843.401	(190.717)	5.677.171
Móveis e utensílios				44		44
Total do imobilizado em serviço	13.991.841			2.999.219	(452.779)	16.538.281
Terrenos	483					483
Reservatórios, barragens e adutoras	2.018.200	331.431	(1.435.817)	(610.911)		302.903
Edificações, obras civis e benfeitorias	475.234	21.092	1.254.479	(1.350.805)		400.000
Máquinas e equipamentos	976.118	920.845	181.338	(692.625)		1.385.676
Veículos	2.893	951				3.844
Móveis e utensílios	4.724	1.768		(44)		6.448
A ratear	1.365.217	737.137		(344.834)		1.757.520
Material em depósito	45.373	6.313				51.686
Adiantamento a fornecedores	1.100.364	(373.495)				726.869
Outros	13.660	2.924				16.584
Total do imobilizado em curso	6.002.266	1.648.966		(2.999.219)		4.652.013
Total do imobilizado	19.994.107	1.648.966			(452.779)	21.190.294

2014

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014			
	Valor líquido	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	52.341		14.226	(1.554)	65.013
Reservatórios, barragens e adutoras	6.519.706		264.508	(141.706)	6.642.508
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.418.279		889.467	(47.913)	2.259.833
Máquinas e equipamentos	2.704.757		2.488.599	(168.869)	5.024.487
Total do imobilizado em serviço	10.695.083		3.656.800	(360.042)	13.991.841
Terrenos		483			483
Reservatórios, barragens e adutoras	1.751.425	1.014.954	(748.179)		2.018.200
Edificações, obras civis e benfeitorias	434.967	52.357	(12.090)		475.234
Máquinas e equipamentos	1.841.204	909.776	(1.774.862)		976.118
Veículos	2.078	5.324	(4.509)		2.893
Móveis e utensílios	2.748	1.976			4.724
A ratear	1.661.417	820.960	(1.117.160)		1.365.217
Material em depósito	40.267	5.106			45.373
Adiantamento a fornecedores	1.368.484	(268.120)			1.100.364
Outros	10.679	2.981			13.660
Total do imobilizado em curso	7.113.269	2.545.797	(3.656.800)		6.002.266
Total do imobilizado	17.808.352	2.545.797		(360.042)	19.994.107

A Companhia adota como depreciação o método linear, tomando como base para a depreciação o valor do bem proporcionalizado à quantidade de unidades geradoras em operação que ele atende sobre a quantidade de unidades geradoras que o bem atenderá quando concluída a fase de construção da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela agência são utilizadas nos processos de cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Adicionalmente, a depreciação dos itens que fazem parte do projeto original da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período, uma vez que a Companhia entende que as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos para fins contábeis.

A partir da análise mencionada na nota 2.5, a Administração da Companhia irá operar em suas capacidades ótimas, dentro do período projetado, sendo os ativos recuperáveis em sua integralidade.

11 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Servidão permanente	3,20%	737	(88)	649	672
Software	20,00%	8.795	(4.805)	3.990	5.677
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	3,20%	199.339	(23.921)	175.418	181.797
Total do intangível em serviço		208.871	(28.814)	180.057	188.146
Intangível em curso					
Software		17.222		17.222	8.227
Servidão permanente		5.100		5.100	
Total do intangível em curso		22.322		22.322	8.227
Total do intangível		231.193	(28.814)	202.379	196.373

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	13.717	40.579
CCEE (compra de energia de curto prazo)(i)	504.755	266.242
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	73.351	60.788
Materiais e serviços	85.963	354.440
Consórcio Construtor Santo Antônio (iii)	298.425	464.260
	976.211	1.186.309

- (i) O saldo da rubrica CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - representa uma posição devedora da SAE em operações de compra e venda de energia realizada no âmbito dessa câmara. Além do balanço de energia, a CCEE é responsável por efetuar cobranças de encargos como FID – Fator de disponibilidade e *GSF – Generation Scaling Factor*. Em 31 de dezembro de 2015, no saldo registrado, há R\$ 193.208 relacionados ao saldo da repactuação do GSF (Nota 1).
- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o ONS – Operador Nacional do Sistema e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.
- (iii) Na rubrica “Consórcio Construtor Santo Antônio” estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram na elevação dos custos do Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do consórcio. Durante o ano de 2015, a Companhia liquidou R\$ 207.968 mil referentes aos gastos incorridos com greves e paralisações entre os anos de 2009 e 2012, os quais se encontram garantidos pelo CCSA, através de garantia executável quando da apuração dos débitos (efeitos das greves) e créditos (dispêndios reembolsáveis). No cálculo dos dispêndios reembolsáveis, os impactos provenientes dos pleitos da Companhia junto à ANEEL deverão ser considerados.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****13 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança (Nota 10). Demais encargos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

13.1 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
BNDES - Indireto (a)	R\$	TJLP	222.985	194.652
BNDES - Direto (a)	R\$	TJLP	210.427	184.841
Custos de transação a amortizar (CPC 08) - BNDES (a)			(14.134)	
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	21.637	12.953
Passivo circulante			440.915	392.446
	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
BNDES - Indireto (a)	R\$	TJLP	4.990.005	4.522.461
BNDES - Direto (a)	R\$	TJLP	4.836.534	4.371.549
Custos de transação a amortizar (CPC 08) - BNDES (a)	R\$		(11.331)	(21.285)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	611.957	618.946
Passivo não circulante			10.427.165	9.491.671
			10.868.080	9.884.117

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Financiamento Direto n.º 08.2.1120.1 no montante de R\$ 3.092.586 e o Contrato de Repasse n.º 01/2009 no montante de R\$ 3.042.586 através de agentes financeiros. Também já foi liberada parte dos recursos do financiamento suplementar, sendo o Contrato de Financiamento Direto Suplementar n.º 12.2.1307.1, e o Contrato de Repasse Suplementar n.º 01/2013, ambos possuem o valor de R\$ 995.000 cada contrato. Os referidos contratos de financiamento têm como objetivo a implantação da UHE Santo Antônio (Nota 1).

As principais condições dos financiamentos são:

(i) Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

						Não circulante
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Principal e Encargos	488.352	575.982	582.963	582.963	582.963	7.013.316
	<u>488.352</u>	<u>575.982</u>	<u>582.963</u>	<u>582.963</u>	<u>582.963</u>	<u>7.013.316</u>
						<u>9.826.539</u>

(ii) Garantias

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. – MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento;
- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vier a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto;
- (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar;

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Cláusulas restritivas

O financiamento contratado pela Companhia junto ao BNDES, mencionado anteriormente, possui cláusulas restritivas, dentre outras, quanto à relação entre ativo total e patrimônio líquido, as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida, estabelecido pelo BNDES, mínimo de 1,2, apurado nos períodos de janeiro a dezembro de 2014 e de 2015, para os quais a foram obtidos “waiver” em dezembro de 2014 e dezembro de 2015, respectivamente.

(b) Banco da Amazônia S.A.

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e de seus acionistas, no valor total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento tem como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (Nota 1). As principais condições do financiamento são:

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

						Não circulante
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Principal e Encargos	44.472	44.472	44.472	44.472	44.472	389.597
	44.472	44.472	44.472	44.472	44.472	389.597
						611.957

(ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii) e (iii).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	392.446	9.491.671
Encargos financeiros provisionados	585.071	342.903
Encargos financeiros pagos	(622.487)	
Amortização de principal	(377.916)	
Empréstimos e financiamentos obtidos		1.060.573
Custos de transação	(1.226)	(2.955)
Transferências	465.027	(465.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	440.915	10.427.165

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Debêntures

				31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014	
	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Total
1ª emissão (a)	1ª e 2ª					(50)	(50)	
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.		375	(560)	(185)	226
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.		3.314	(549)	2.765	3.047
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	8.789	(1.455)	7.334	8.096	
Passivo circulante					12.478	(2.614)	9.864	11.369
1ª emissão (a)	1ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	971.587	215.017	(532)	1.186.072	1.008.674
	2ª			971.587	166.515	(532)	1.137.570	967.433
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	523.723		(3.407)	520.316	469.220
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	229.540		(3.793)	225.747	202.119
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	573.850		(9.482)	564.368	506.462
Passivo não circulante				3.270.287	381.532	(17.746)	3.634.073	3.153.908
				3.270.287	394.010	(20.360)	3.643.937	3.165.277

(a) 1ª Emissão

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1).

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii). As cláusulas restritivas deste contrato vêm sendo cumpridas adequadamente pela Companhia.

A 1ª série desta emissão vence em 15 parcelas anuais a partir de 2023 e a 2ª, em 15 parcelas anuais a partir de 2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$ 100, totalizando R\$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii). As cláusulas restritivas deste contrato vêm sendo cumpridas adequadamente pela Companhia.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento 05,5% em 27.12.2017 - 17,5% em 27.12.2019 - 25,0% em 27.12.2020 - 24,0% em 27.12.2021 – e saldo em 27.12.2022. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$ 700 milhões, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 02 e 05 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$ 200 milhões (R\$ 201 milhões, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$ 500 milhões (R\$ 504 milhões, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii) e (iii).

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento: 1ª série – 16,4% em 15.04.2020 – 49,3% em 15.04.2021 e saldo em 15.04.2022; 2ª série - 25,1% em 15.04.2022 – 55,6% em 15.04.2023 e saldo em 15.04.2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos)

	Não circulante					
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Principal e Encargos	28.805		91.651	168.575	238.857	3.123.931
	28.805		91.651	168.575	238.857	3.123.931
						Total
						3.651.819

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Movimentação de debêntures

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.369	3.153.908
Encargos financeiros provisionados	87.615	474.935
Encargos financeiros pagos	(86.506)	
Amortização de custos de transação	2.616	
Transferências de custo de transação	(5.230)	5.230
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.864	3.634.073

14 Impostos e contribuições

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante		
ICMS	12.055	8.736
ICMS diferencial de alíquotas (i)	15.700	14.072
INSS	890	790
ISS	1.145	5.975
Outros	1.963	1.171
	31.753	30.744
Não circulante		
ICMS diferencial de alíquotas (i)	38.377	41.941
	70.130	72.685

- (i) A Companhia aderiu ao benefício fiscal previsto no Decreto Estadual/RO nº 18.496, de 08 de janeiro de 2014, o qual reduziu para 2% a alíquota do ICMS DA (Diferencial de Alíquota), decorrentes das operações de entrada de mercadorias ou bens destinados às obras de instalação, construção, operação e manutenção da usina em transações interestaduais. O saldo do imposto a pagar de R\$ 54.077, registrados no passivo circulante e não circulante, corresponde às entradas registradas nos períodos de 2009 a junho de 2014 e está sendo quitado em 60 parcelas mensais, com início em julho de 2014. O saldo do parcelamento é corrigido anualmente pela UPF – Unidade de padrão fiscal do Estado de Rondônia e sobre ele incorre juros de 1% ao mês.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Previsão de parcelamento do ICMS diferencial de alíquotas no passivo não circulante

2017	13.641
2018	15.741
2019	8.995
	<u>38.377</u>

15 Adiantamentos de clientes

Em 2011, a Companhia firmou o contrato de fornecimento de energia nº 211/2011 com o BTG Pactual com prazo de fornecimento de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014. A Companhia recebeu, em 11 de julho de 2012, o montante de R\$ 261.531 a título de antecipação.

Em 17 de dezembro de 2014, a Companhia firmou com o BTG Pactual dois novos contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional para fornecimento de energia durante os meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Em 18 de dezembro de 2014, o BTG Pactual antecipou o pagamento de R\$ 154.789 referentes a essas vendas.

Em 06 de fevereiro de 2015, a Companhia recebeu R\$ 292.395, líquidos de retenção de tributos, em adiantamento de clientes de contratos de venda de energia firmados com Furnas Centrais Elétricas S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Odebrecht Comercializadora de Energia S.A..

Os valores antecipados são amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado. A seguir, apresentamos a movimentação dos adiantamentos mencionados:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2014	117.914	
Adiantamento	154.789	
Atualização monetária - IPCA	13.526	
Reconhecimento de receita	(239.545)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	46.684	
Adiantamento	74.667	225.333
Atualização monetária - IPCA		35.608
Atualização monetária - CDI	12.030	
Reconhecimento de receita	(46.684)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	86.697	260.941

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Cauções em garantia

Referem-se, principalmente, à retenção de 5% do valor adiantado aos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio para a construção, transporte e montagem das 50 turbinas de geração de energia e dos painéis de controle. O montante retido é a garantia da entrega dos produtos no prazo definido, estabelecida em contrato. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 333.759 (2014 - R\$ 279.837) está registrado no passivo, sendo R\$ 114.169 (2014 - R\$ 95.188) no passivo circulante e R\$ 219.590 (2014 - R\$ 184.649) no passivo não circulante.

17 Concessões a pagar

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a.

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota 11), em contrapartida do passivo.

(a) Movimentação

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	17.502	209.212
Atualização - IPCA		49.275
Ajuste a valor presente		(11.503)
Pagamentos	(18.289)	
Transferências	20.088	(20.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>19.301</u>	<u>226.896</u>

(b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2017	20.069
2018	20.549
2019	20.918
2020	21.273
2021	21.642
2022 a 2043	122.445
	<u>226.896</u>

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18 Provisões socioambientais**

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras. Tal estimativa foi realizada pela área de sustentabilidade e meio ambiente da Companhia e submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	51.782	99.205
Compensação ambiental (ii)	12.108	12.108
	<u>63.890</u>	<u>111.313</u>
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	197.207	188.405
Compensação ambiental (ii)	69.395	59.764
	<u>266.602</u>	<u>248.169</u>
	<u>330.492</u>	<u>359.482</u>

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração da Companhia com relação aos gastos socioambientais que a SAE incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008 e de Operação nº 1.044/2011 expedidas pelo IBAMA. Essas licenças estabelecem que sejam executados os seguintes Programas Básicos Ambientais (PBA), entre outros:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático;
- Programa de Monitoramento Sismológico;
- Programa de Monitoramento Climatológico;
- Programa de Conservação da Flora;
- Programa de Conservação da Fauna;
- Programa de Conservação da Ictiofauna;
- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Remanejamento da População Atingida;

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (a) Movimentação das provisões ambientais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	99.205	188.405
Atualização monetária - IPCA		26.113
Realizações	(64.734)	
Transferências	17.311	(17.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>51.782</u>	<u>197.207</u>

- (ii) O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, e que em 31 de dezembro de 2015 equivalem a R\$ 12.108 no passivo circulante (2014 – R\$ 12.108) e R\$ 69.395 no passivo não circulante (2014 - R\$ 59.764), estão sendo atualizados pela SELIC, conforme instruções normativas do IBAMA que substituíram o índice de atualização de IPCA-e para Selic.

19 Provisão para contingências

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%.
- Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

(a) Risco provável**(i) Regulatória****FID (Fator de Disponibilidade)**

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da Companhia de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão determina à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE que adote os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida câmara. O saldo de R\$ 355.973 representa o efeito da limitação da aplicação do FID sobre a UHE Santo Antônio.

(ii) Administrativo Ambiental

Refere-se ao auto de infração lavrado em 23 de dezembro de 2008, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R\$ 7.700. O objeto do referido auto é a imposição de multa à Companhia por suposta conduta lesiva ao meio ambiente, caracterizada pela alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas enseadeiras da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia apresentou defesa administrativa. Em 19 de julho de 2011, a Equipe Técnica do IBAMA informou sobre a majoração do valor da multa e notificou a Companhia para a apresentação de Alegações Finais. Em 8 de agosto de 2011, a Companhia apresentou manifestação acerca da majoração da multa e Alegações Finais. Em 25 de novembro de 2014, foi recebida pela Companhia decisão de indeferimento da defesa administrativa. A Companhia apresentou, em 15 de dezembro de 2014, recurso administrativo contra referida decisão de indeferimento. Consoante o entendimento dos seus advogados, a expectativa é de perda provável no montante de R\$ 10.920 em relação ao mérito da autuação (2014 - R\$ 9.664) e de perda possível em relação às agravantes de penalidade citadas no referido auto.

(iii) Cível

Trata-se de ação de reparação por danos a comerciante que alega ter seu estabelecimento comercial afetado pela área alagada em decorrência da construção de usina hidrelétrica. A indenização está calculada em R\$ 63.

(b) Risco possível

Em 31 de dezembro de 2015, existem processos no montante de R\$ 2.387.965, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	31 de dezembro de 2015
Trabalhista	32.948
Cível	1.795.386
Administrativo ambiental	17.490
Administrativo tributário	542.141
	2.387.965

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) **Trabalhistas**

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(ii) **Cível**

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta das desapropriações realizadas.

(iii) **Administrativo ambiental**

Diversos autos de infração referentes a questões ambientais como mortandade de peixes e ocorrência de queimadas em áreas da Companhia.

(iv) **Administrativo tributário**

Processos administrativos para discussão de não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal, bem como discussão de compensação de IRRF e notificações da Secretaria Municipal da Fazenda do município de Porto Velho e da Secretaria de Estado de Finanças do Governo do Estado de Rondônia.

20 **Outras provisões**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$ 210.325 (2014 – R\$ 176.698) refere-se ao ressarcimento ao CCSA pela Companhia de custos relacionados à extensão de prazo no cronograma contratual de entrada em operação comercial, oriundo dos efeitos das paralizações causadas pelas greves durante os anos de 2009 a 2013 (eventos de caso fortuito – força maior) no canteiro de obras da UHE Santo Antônio.

21 **Patrimônio líquido**

(i) **Capital subscrito e integralizado**

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.958.150 (2014 – R\$ 8.636.904) dividido em 8.963.150.456 (2014 – 8.636.904.456) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade integral da Madeira Energia S.A.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Controladora integral, Madeira Energia S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 9.761.952 (2014 – R\$ 9.455.706), dividido em 9.761.952.724 (2014 – 9.455.705.724) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade está distribuída pelos seguintes acionistas:

	Valores em R\$ mil		Participação (%) em 31 de dezembro de 2015
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	
Cemig Geração e Transmissão S.A. ¹	915.667	915.667	10,00
Eletrobrás - Furnas	3.875.302	3.710.332	39,00
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	1.987.335	1.914.135	20,00
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	1.848.221	1.780.145	18,60
SAAG Investimentos S.A. ¹	1.135.427	1.135.427	12,40
	9.761.952	9.455.706	100,00

(ii) Capital social a integralizar

Em 21 de outubro de 2014, em ATA de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foram aprovados os aumentos de capital da Controladora em R\$ 1.590.000, para fins de aumento de capital da SAE, mediante a emissão de 1.590.000.000 ações ordinárias nominativas, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada a serem integralizadas da seguinte forma: (a) R\$ 810.000 no ato de subscrição; (b) R\$ 414.000, em 25.10.2014; e (c) o saldo, correspondente a R\$ 366.000 em 10.01.2015. Em 31 de dezembro de 2015, tem-se o seguinte na Controladora:

Acionista	Participação (%) em 31 de dezembro de 2015	Capital subscrito e integralizado	Integralizações com prazos para exercício suspensos
Cemig Geração e Transmissão S.A. ¹	10,00%	81.000	78.000
Eletrobrás - Furnas	39,00%	620.100	
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	20,00%	318.000	
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	18,60%	295.740	
SAAG Investimentos S.A. ¹	12,40%	100.440	96.720
	100,00%	1.415.280	174.720

- ¹ Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. ("SAAG") e a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") ingressaram com ação cautelar em face da Madeira Energia S.A. - MESA ("MESA") solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, cuja constituição foi requerida, em 19 de novembro de 2014, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela CEMIG, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada, pelos acionistas requerentes, suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e CEMIG e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21.11.2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo. Foi instaurado procedimento arbitral em face da MESA perante a Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CAM. Em 31 de dezembro de 2015, a referida arbitragem aguarda julgamento.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****22 Resultado por ação**

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	2015	2014	2013
Lucro (prejuízo) do exercício	33.558	(2.202.228)	(12.973)
Média ponderada do número de ações ordinárias	8.895.854.561	6.868.492.149	5.507.254.018
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em R\$)	3,77	(320,63)	(2,36)

23 Receita operacional líquida**(a) Venda de energia elétrica**

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Fornecimento de energia à indústria	585.444	662.227
Suprimento de energia elétrica	2.391.523	2.214.633
Energia de curto prazo		12.608
	2.976.967	2.889.468
(-) Deduções da receita		
P & D	(26.049)	(25.206)
ICMS	(77.884)	(84.171)
PIS e COFINS	(268.165)	(259.491)
	(372.098)	(368.868)
Receita líquida de venda de energia	2.604.869	2.520.600
Compartilhamento de receita líquida relacionada ao 2º cronograma de antecipação		(176.640)
Receita operacional líquida	2.604.869	2.343.960

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas de venda de energia a consumidores, enquanto que, suprimento de energia elétrica representam as vendas destinadas a revendedores de energia.

Em 31 de dezembro de 2015, a UHE Santo Antônio possui 35 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física (Nota 1).

Em novembro de 2014, encerrou-se o período de comercialização de energia do segundo bloco de antecipação (2º TA), tendo em vista o atingimento da Garantia Física referente às 44 UGs. Dessa forma, não há mais compartilhamento de resultado relacionado ao 2º cronograma de antecipação com o CCSA.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.**
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
24 Gastos operacionais**(a) Custos do serviço de energia elétrica**

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2015		
	Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia de curto prazo - CCEE*	(700.427)		(700.427)
Energia comprada para revenda	(213.306)		(213.306)
Encargos de uso e conexão	(585.128)		(585.128)
Créditos de Pis e Cofins	105.717		105.717
Pessoal		(47.480)	(47.480)
Material		(10.062)	(10.062)
Serviços de terceiros		(29.558)	(29.558)
Depreciação e amortização		(459.182)	(459.182)
Outras		(123.366)	(123.366)
	(1.393.144)	(669.648)	(2.062.792)
Compartilhamento de custos relacionados ao 1º cronograma de antecipação			(81.667)
Compartilhamento de custos relacionados ao 2º cronograma de antecipação			190.471
			108.804
	(1.393.144)	(669.648)	(2.062.792)
			(3.042.483)
			(634.827)
			(3.677.310)

* Em 2015, desconsiderando efeitos de FID – Fator de Disponibilidade e GSF (*Generation Scaling Factor* - Fator de ajuste de geração), a Companhia atingiu R\$ 136.485 (2014 – R\$ 15.041, negativo), aproximadamente, como resultado positivo no balanço de energia na CCEE, líquido de perdas internas e rede básica e recebeu devolução de R\$ 147.872 de FID de período de 2012 a 2014. Entretanto, custos na ordem de R\$ 716.346 (2014 – R\$ 1.044.096) com GSF e de R\$ 268.438 (2014 – R\$ 723.467) com FID, principalmente, tornaram o resultado na CCEE negativo em R\$ 700.427 (2014 - R\$ 1.782.604).

Em novembro de 2014, encerrou-se o período de comercialização de energia do segundo bloco de antecipação (2º TA), tendo em vista o atingimento da Garantia Física referente às 44 UGs. Dessa forma, não há mais compartilhamento de resultado relacionado ao 2º cronograma de antecipação com o CCSA.

(b) Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Pessoal	(25.236)	(34.365)
Material	(4.515)	(4.403)
Serviços de terceiros	(72.433)	(57.056)
Amortização	(1.748)	(1.747)
Aluguéis e arrendamentos	(6.626)	(5.480)
Seguros	(16.646)	(19.551)
Tributos	(753)	(364)
Outras	(20.949)	(15.057)
Compartilhamento de despesas relacionados ao 2º cronograma de antecipação		334
	(148.906)	(137.689)

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****25 Resultado financeiro**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	59.184	25.011
Variações monetárias moeda nacional	82.167	23.336
Outras receitas financeiras	2.964	11.684
Ajuste a valor presente	11.503	3.125
	155.818	63.156
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(731.362)	(537.076)
Variações monetárias de debêntures	(162.692)	(80.265)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(49.275)	(31.776)
Variações monetárias moeda nacional	(137.686)	(40.115)
Outras despesas financeiras	(42.622)	(108.526)
	(1.123.637)	(797.758)
	(967.819)	(734.602)

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Partes relacionadas

		Montante das transações nos exercícios findos em 31 de dezembro									
		Ativo		Passivo		Imobilizado		Receita		Despesa	
	Relação com a Companhia	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Circulante											
CEMIG Geração e Transmissão S.A	Acionista da Controladora*	27.571	64.302	87.897	1.200			463.672	781.495	23.775	10.699
CEMIG Distribuição S.A	Acionista comum	15.639	12.296					142.826	85.747		
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum			59.274	124.068	318.264	465.499				
Andrade Gutierrez Engenharia S.A	Acionista comum			24.396	86.579	90.722	37.680				
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum			24.396	86.579	90.722	37.680				
Odebrecht Energia do Brasil S.A	Acionista da Controladora*				11.740					168	906
Andrade Gutierrez Participações S.A	Acionista da Controladora*			398	363					35	28
Eletrobrás Furnas	Acionista da Controladora*			9.578	4.174	2.762				108.662	44.040
Não Circulante											
Andrade Gutierrez Engenharia S.A	Acionista comum	12.358	34.896								
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum	15.204	74.711	18.992	15.914						
Odebrecht Comercializadora de Energia. S	Acionista comum			110.398						15.065	
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum	17.232	27.596	48	48						
Eletrobrás Furnas	Acionista da Controladora*			150.543						20.543	
		88.004	213.801	485.920	330.665	502.470	1.218.859	606.498	867.242	168.248	55.673

* Nota 21

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - O saldo ativo registrado refere-se aos dois contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre celebrados em 19 de março de 2009, em que a Companhia atua como vendedora de energia para a CEMIG de montantes variáveis durante grande parte do período de motorização da UHE Santo Antônio, sendo um contrato de 400 megawatts médios e outro de 250,4 megawatts médios, com prazo de vigência compreendido entre 1º de maio de 2012 e 31 de dezembro de 2027.

O saldo passivo refere-se e a encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (Nota 13) e a saldo de antecipação de volume de energia ocorrida em 06 de fevereiro de 2015, quando a Companhia recebeu da Cemig Geração e Transmissão S.A. R\$ 74.667 (Nota 15).

CEMIG Distribuição S.A – O saldo refere-se ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da energia assegurada da UHE Santo Antônio (Nota 1). A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2041.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Andrade Gutierrez Engenharia S.A. - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. participam sendo responsáveis pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica.

Eletrobrás Furnas - A Companhia tem contrato de Serviços de Engenharia do Proprietário com Furnas Centrais Elétricas, cuja vigência é de 17 de dezembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2016.

Eletrobrás Furnas é contratada também para prestação de serviços de análise de dados das leituras de auscultação das estruturas civis e suas fundações para a UHE Santo Antônio. Esse contrato tem vigência de 30 meses a contar de 06 de janeiro de 2014.

A Companhia possui ainda, contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, em que a Companhia atua como compradora de energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. de 47,318 megawatts médios, com prazo de suprimento compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2027.

Em 05 de fevereiro de 2015, a Companhia firmou, com Furnas Centrais Elétricas S.A., contrato de venda de energia e recebeu, em 06 de fevereiro de 2015, o montante de R\$ 122.395, correspondente a R\$ 130.000, líquidos de retenção de impostos, referentes a essa venda e que estão sendo atualizados por IPCA. (Nota 15)

Adicionalmente, a Companhia mantém com Eletrobrás Furnas transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia (Nota 12).

Odebrecht Energia do Brasil S.A. - A Companhia possuía saldo de custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão.

Andrade Gutierrez Participações S.A. O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%.

Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. - Em 05 de fevereiro de 2015, a Companhia firmou, com Odebrecht Comercializadora de Energia S.A., contrato de venda de energia e recebeu, em 06 de fevereiro de 2015, o montante de R\$ 95.333 referentes a essa venda e que estão sendo atualizados por IPCA. (Nota 15)

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Remuneração dos administradores**

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Remuneração	3.379	3.606
Participação em resultados		4.876
Benefícios diretos e indiretos	344	223
Total	3.723	8.705

27 Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

28 Eventos subsequentes

Em 05 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu R\$ 60.000 em recursos de financiamento do BNDES, sendo R\$ 30.000 do Contrato de Financiamento Direto e R\$ 30.000 do Contrato de Repasse. Esses recursos fazem parte do Sub crédito “J”, cujo vencimento ocorre em parcelas mensais entre 15 de julho de 2017 e 15 de março de 2034.

Em 10 de fevereiro de 2016, o TRF 1ª Região, em sede de agravo de instrumento, acatou pedido liminar para suspender a recontabilização de valores do Fator de Disponibilidade (FID) da UHE Santo Antônio, que somavam aproximadamente R\$ 130 milhões em débitos que seriam liquidados na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE para o ciclo de contabilização de outubro e novembro de 2015, a ser liquidado em fevereiro de 2016, em razão da CCEE não ter concedido oportunidade à SAE de exercer seu direito de ampla defesa e contraditório frente ao cálculo de recontabilização.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 573.529.412 de novas ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 0,68 (sessenta e oito centavos) cada, totalizando de R\$ 390.000. As ações ora emitidas foram totalmente integralizadas em 08 de março de 2016.

Em 08 de março de 2016, a Companhia liquidou os contratos de Compra e Venda Antecipada de Energia com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. e Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. (Nota 15), pois ambas as empresas exerceram a opção de redução do volume de energia na sua totalidade, cujo período de suprimento pela Companhia estava previsto para o período de janeiro de 2017 a janeiro de 2020.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas indiretos da Companhia e determinados executivos desses acionistas indiretos. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e suas consequências futuras. Conforme mencionado na Nota 1 às Demonstrações Financeiras, a Companhia possui um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar as demonstrações financeiras livres de distorção relevante. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 29 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fabio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5.